

GÊNERO E POLITICAS EDUCACIONAIS: O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS SUAS LIMITAÇÕES

Autor Vinícius do Nascimento; Co-autor Luana Mendes; Orientador Claudia Miranda

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

vinicius.sena.nascimento@gmail.com

lumendesbarreto@gmail.com

Essa pesquisa está vinculada a linha de pesquisa do grupo de Estudo e Pesquisa Formação de Professores, Currículo (s) e Pedagogias Decolonias - GFPPD e colabora com os objetivos da construção de uma sociedade e uma educação crítica. O Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) trouxe uma enorme perda para as questões de políticas públicas voltadas à população LGBT's, bem como para as mulheres, uma vez que as principais reivindicações desses grupos sociais foram alijadas da pauta, apesar da intensa luta e das tensões provocadas pelo debate, nota-se uma grande força da bancada neopentecostal principalmente no que tange às questões de gênero.

Um importante documento que serve como termômetro da evolução das políticas públicas e sociais é o plano nacional de educação, cujo o mesmo se compõe de um acordo de dez anos para colocar em prática as metas para a educação, tanto pública, quanto privada no Brasil.

A possibilidade da inclusão de conteúdos sobre orientação sexual e diversidade de gênero nos currículos e na formação de professores é uma reivindicação da população LGBT's, mas o debate afeta direta e indiretamente toda a sociedade. Segundo levantamento da ONG Grupo Gay da Bahia, somente em 2017 foram 277 homicídios contra pessoas LGBT's, já a ONG européia Transgender Europe considera o Brasil líder no que tange o número de homicídios contra transexuais, chegando a cometer o triplo de homicídios em relação ao segundo colocado, o México. No que tange às mulheres, o Brasil, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, é o quinto país a cometer o maior número de feminicídio, chegando a uma taxa de 4,8 feminicídio para 100 mil mulheres. É importante frisar que os números, tanto no que tange os LGBT's, tanto no que tange as mulheres, são números relacionados à homicídios e feminicídios diretamente ligados a LGBTfobia e ao machismo.

Os dados aqui citados revelam que o alijamento deliberado das questões LGBT's e de sexualidade por pressão da bancada evangélica, sob justificativa de que tais assuntos são de cunho pessoal e familiar, sendo que a família se apresenta com um instrumento construtor de identidade, tornando-se um baluarte conservador, além de ser uma instituição protetora e guardiã da opressão, sendo também um núcleo de estabelecimento de preconceitos sociais.

Sendo as mulheres e os LGBT's os que mais sofrem com a falta de discussão sobre gênero na escola a retirada foi uma pressão das igrejas neopentecostais, onde, segundo as afirmações religiosas, a discussão iria deturpar o conceito de macho e fêmea, o que implicaria em uma grande mudança nas definições dos núcleos familiares.

Apesar dos professores não serem proibidos de trabalharem a questão de gênero nas salas de aula, fica evidente a todo o momento a necessidade da legitimação governamental para poder ter legitimidade e contribuir para um país qual

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

tolerância social, já que a família se apresenta como um espaço de resistência a tolerância sexual.

Segundo o professor Tomaz Tadeu da Silva A questão central que serve de fundo para qualquer teoria do currículo é a saber qual conhecimento deve ser ensinado (SILVA, 2013, p.14). Logo verifica-se uma profunda resistência ao ensino sobre gênero.

É de urgente necessidade a discussão sobre as questões de gênero, como frisa Vera Maria Candau A qualidade da educação se faz presente na perspectiva de uma qualidade intelectual, cultural, social, ética e política, que não pode ser reduzida aos aspectos científicos e técnicos do processo pedagógico. (CANDAU, 1999, p.29)

A escola, apesar de avanços consideráveis, segue sendo um dos ambientes que mais dissemina e mantém o machismo dentro da sociedade. O indivíduo masculino sempre terá regalias que são comumente negadas as alunas e aos alunos LGBT's, seja no uso preferencial da quadra de esportes, seja assédio comum neste espaço e que é comumente ignorado por pais e docentes.

Negar-se a debater tais temas no ambiente escolar baseado na ideia de que questões sobre sexualidade e LGBTfobia deve-se ser tratada em ambiente doméstico é corroborar para/com a manutenção de uma sociedade LGBTfobica e machista.

Bibliografia

CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas, SP: Papirus, p. 29-42, 1999.

Saviani, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Autores Associados, 1998

Silva, Tomaz Tadeu da. "Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo." *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 1999.